

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007822-18.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cheque**
 Requerente: **Thiago Alexandre Luzzi**
 Requerido: **Cibele Regina de Oliveira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

THIAGO ALEXNDRE LUZZI ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS c.c. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **CIBELE REGINA DE OLIVEIRA**, todos devidamente qualificados.

O autor informa que tomou conhecimento de que seus dados estavam negativados perante os órgãos de proteção ao crédito e que ao verificar o motivo constatou se tratar do protesto de um cheque no valor de R\$ 1.600,00 devolvido em decorrência de divergência de assinatura. Alega que já havia tomado todas as medidas necessárias referentes a um furto de um talonário ocorrido em seu escritório na data de 12/10/2015 (inclusive, efetuou ordem de oposição ao pagamento das cartões extraviadas). Assegura que todo o mencionado foi esclarecido à requerida que mesmo assim realizou uma cobrança que o ora requerente afirma ser impossível. Requereu liminarmente a sustação dos efeitos do protesto e a procedência da demanda para ver reconhecida a inexistência do débito e a condenação da ré ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 11/29.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O autor realizou depósito a título de garantia conforme fls. 47/48 e conforme a resposta ao ofício carreado às fls. 56/57, houve suspensão dos efeitos do protesto.

Devidamente citada a requerida apresentou contestação alegando que na data de 04/11/2015 recebeu o cheque pré datado para a data de 15/12/2015, ocorrendo sua devolução na data de 16/12/2015, ressaltando que somente um mês depois o requerente realizou o pedido de cancelamento e que até então não sabia da existência de boletim de ocorrência referente a furto de talonário. Menciona a divergência entre as datas de: emissão do cheque, data para descontá-lo, ocorrência do suposto furto e confecção de boletim de ocorrência. Ressalta que realizou a consulta da existência de qualquer restrição ao cheque na data que o recebeu e que nada constava. Por fim mencionou também inidoneidade da caução, inexistência do dever de indenizar e litigância de má-fé. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 111/114.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 115. A requerida manifestou interesse em produção de prova oral sem aclarar os fatos que pretende elucidar às fls. 118/119 e o autor não se manifestou.

É o relatório.

DECIDO, no estado por entender completa a

1007822-18.2016.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cognição e considerando que ao ser instado a especificar suas provas a ré peticionou de modo genérico.

Trata-se de ação declaratória. O autor busca a nulidade de um cheque que foi furtado do cofre do escritório de contabilidade de seus pais (textual de fls. 02, último parágrafo) e circulou.

Todavia, a requerida é terceira de boa-fé. Recebeu o cheque por endosso de Rafael Casale (a respeito confira-se certidão de protesto de fls. 11 e cópia do título a fls. 25).

Como corolário do princípio da autonomia tem-se o subprincípio da abstração, ou seja, a obrigação cambial desprende-se do negócio jurídico subjacente, de modo que não é lícito ao devedor-emitente invocar tal relação jurídica para tentar ilidir qualquer responsabilidade perante terceiro de boa-fé.

Ademais, cheques são títulos não causais, para pagamento à vista.

Acerca da natureza não causal do cheque, leciona Fábio Ulhoa Coelho:

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos), segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegeu como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente pode ser criada para representar obrigação decorrente

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de compra e venda mercantil. Já o cheque e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219).

Nesse diapasão vêm decidindo nossos Tribunais:

(...) Sendo o cheque título cambiário não causal, autônomo e abstrato, o portador nada tem a provar acerca da sua origem, uma vez que, ocorrida a sua emissão, desvincula-se por completo do negócio jurídico subjacente (TJSC, Apelação Cível nº 2003.025240-1, Rel. Des. Ricardo Fontes, DJ de 28/04/2005).

Aqueles que receberam os títulos no comércio, até prova em contrário agiram de boa-fé.

A comunicação do roubo ao banco se deu após a emissão e devolução do cheque. A devolução se deu em 04/12/15 (fls. 13) e a comunicação apenas em janeiro de 2016 (fls. 16/19).

Se o banco ainda não havia sido comunicado do roubo, devolveu as cambiais pelo motivo que entendeu pertinente, e mesmo assim se deu pela divergência de assinatura, segundo o próprio autor alega.

Declarar nesse contexto a inexigibilidade do título prejudicaria o interesse de terceiros tomadores que até prova em contrário estão de boa-fé na linha de desdobramento causal.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTES** os pleitos contidos na portal.

Sucumbente, arcará o autor com o pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do banco requerido, que fixo, por equidade, em 10% do valor dado à causa.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 a 525, do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 10 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**